



## **As comemorações dos 10 anos do golpe de 1964 nos discursos de parlamentares brasileiros**

Kauê Pisetta Garcia<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende analisar os discursos de parlamentares brasileiros mencionando a ditadura militar iniciada em 1964 quando o regime autoritário completava 10 anos. Levando em consideração que o Congresso Nacional ter mantido algumas funções durante boa parte do período de vigência da ditadura militar era – e ainda é – usado como argumento para questionar o caráter ditatorial dos governos militares, é interessante compreender as formas como o regime era referenciado pelos membros do parlamento. Em 1974 ainda não havia qualquer sinal de distensão política, e ainda haveria um novo recrudescimento do autoritarismo, em parte motivado pelo sucesso da oposição nas eleições de novembro do mesmo ano. Paralelamente, essas vitórias da oposição poderiam ser associadas a algum descontentamento com o regime autoritário, que poderia ter encontrado algum espaço no Congresso Nacional. Do outro lado, havia a intenção, por parte dos defensores da ditadura, em comemorar a primeira década da ditadura e de construir um discurso sobre o regime vigente. E como o fim da ditadura não era uma perspectiva, havia também a construção de um projeto de futuro para o Brasil sob a ditadura. Portanto, mesmo que não seja possível encontrar críticas ao regime, os discursos parlamentares ainda permitem um vislumbre da construção de uma memória da ditadura em um momento em que a narrativa sobre ela ainda não estava consolidada, já que o regime não estava sequer próximo de terminar.

**Palavras-chave:** Ditadura Brasileira; Datas Comemorativas; Discursos parlamentares; Câmara dos Deputados.

### **Introdução**

Em abril de 1974, ainda estava no início o governo do quarto ditador, Ernesto Geisel, a quem é atribuída a ideia de uma transição “lenta, gradual e segura” para a democracia. No entanto, em termos práticos, ainda não era possível perceber qualquer indício de distensão política. Inclusive alguns episódios marcantes da repressão contra dissidentes, como o assassinato de Vladimir Herzog no DOI-CODI de São Paulo, ocorreriam durante o governo Geisel. O Ato Institucional nº 5 ainda estava vigente, os movimentos organizados<sup>2</sup> em defesa

---

<sup>1</sup>Mestre em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutorando na mesma universidade sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Mariana Joffily. Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Me refiro especialmente Movimento Feminino pela Anistia, que viria a se organizar em 1975, e os Comitês Brasileiros pela Anistia, que teriam seus primeiros núcleos formados na mesma época, mas se consolidariam apenas em 1978.



de anistia ainda eram muito incipientes, e mesmo a Lei de Anistia (que, vale destacar, estaria longe do que seria defendido por esses Movimentos) seria realidade somente em 1979. Não era possível dizer que “os anos de chumbo” estavam no fim.

Em novembro de 1974 aconteceriam eleições gerais no Brasil, nas quais o MDB, partido de oposição, teria um surpreendente sucesso, o que viria a motivar uma série de medidas que visavam garantir a continuidade da ditadura e a vitória da ARENA, partido do regime, nas eleições subsequentes. Essa “guinada” para o MDB ocorre após o fim do chamado “milagre econômico”, com a crise do petróleo em 1973. Havia, portanto, um nível considerável de descontentamento com o regime na sociedade e, se o Brasil fosse uma sociedade democrática naquele momento, esses descontentamentos certamente poderiam ser temas de discursos no parlamento. É a partir dessa percepção que surgem os questionamentos centrais desse trabalho: como o aniversário de 10 anos do golpe militar foi referenciado no parlamento brasileiro? Os parlamentares encontravam meios de criticar o regime em seu ápice? O que comemoravam os defensores da ditadura? Qual era a imagem do regime que se buscava construir no Congresso Nacional?

Para responder essas perguntas, parto dos discursos parlamentares feitos em sessões da Câmara dos Deputados realizadas nas semanas anterior e posterior ao aniversário do golpe, em 31 de março e 01 de abril de 1974. Aconteceram seis sessões nesse período, nos dias 25, 26 e 28 de março e 01, 02 e 05 de abril. Certamente seria possível encontrar discursos importantes sobre o tema em outras datas ao longo do ano, mas a escolha pelo momento do aniversário de uma década se dá por se tratar de um momento em que o passado é publicamente e intencionalmente trazido ao presente. Segundo Elizabeth Jelín,

Se trata de fechas en que el pasado se hace presente en rituales públicos, en que se activan sentimientos y se interrogan sentidos, en que se construyen y reconstruyen las memorias del pasado. Son momentos en que diferentes actores de cada país eligen para expresar y confrontar, en el escenario nacional, los sentidos que otorgan a los quiebres institucionales que unos impulsaron y otro/a sufrieron (JELÍN, 2002).

Por se tratar de uma análise dos discursos proferidos por representantes eleitos, baseio-me em Pierre Rosanvallon e em sua diferenciação entre história política e história do político, estando incluídas nesta última as discussões sobre as instituições e as decisões políticas.

Além da reconstrução da sucessão cronológica e dos acontecimentos, esta última analisa o funcionamento das instituições, dissecando os mecanismos de tomada de decisões públicas, interpreta os resultados das eleições, lança luz



sobre a razão dos atores e o sistema de suas interações, descreve os ritos e símbolos que organizam a vida (ROSANVALLON, 2010, p. 76).

## Os discursos e os parlamentares

Em todas as sessões analisadas, há discursos mencionando a palavra “revolução”. Em apenas duas delas há a menção da palavra “golpe” no sentido de “golpe de estado” ou “golpe contra a democracia”<sup>3</sup>. E em apenas uma, há a menção da palavra “ditadura”, que é usada por um defensor do regime para justificar o golpe de estado e a ditadura instaurada em 1964, referindo-se ao perigo de uma suposta “ditadura vermelha” que ameaçava o país. A proporção dos termos utilizados pode ser mais bem visualizada no Gráfico 1.

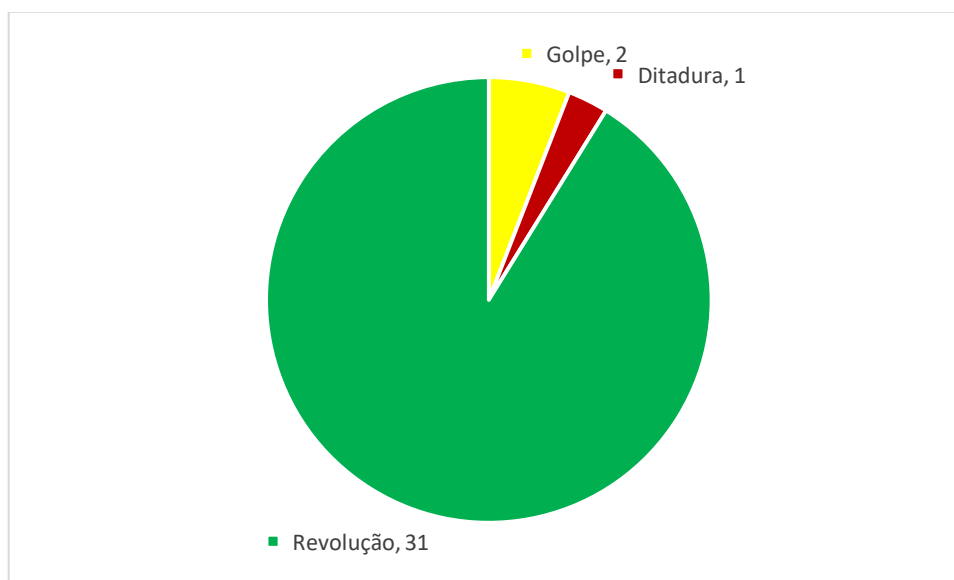


Gráfico 1 – Termos utilizados para fazer referência à ditadura. Elaboração própria.

<sup>3</sup> O termo é usado em outras sessões e discursos, mas em outros sentidos da palavra, como “golpe de sorte”, “golpe fatal” ou como sinônimo de roubo.

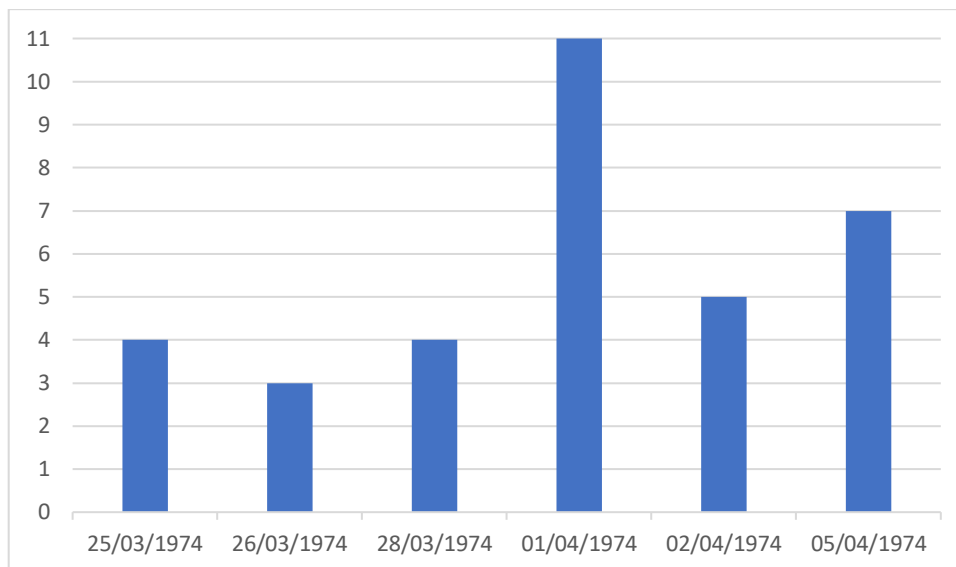


Gráfico 2 – Menções à ditadura na Câmara dos Deputados por data. Elaboração própria.

Ao todo, foram encontrados 34 discursos relevantes para esta pesquisa<sup>4</sup>, concentrados principalmente no dia primeiro de abril, como seria esperado (Gráfico 2). Diversos dos discursos fazem referência a cerimônias de comemoração do golpe, algumas delas nos estados e cidades de origem dos deputados. Em dois casos distintos, foi lido por parlamentares da ARENA o discurso feito pelo General-presidente Ernesto Geisel no dia 31 de março. A primeira vez pelo deputado José Carlos Fonseca, do Espírito Santo, no dia 01 de abril, e no dia seguinte pelo deputado catarinense Wilmar Dallanhol.

A distribuição partidária dos discursos destoa da composição partidária da Câmara, conforme pode ser observado no Gráfico 3. Em 1974, parlamentares governistas correspondiam a 77% da Câmara, mas fizeram menos de 60% dos discursos relacionados ao regime ditatorial quando este completava sua primeira década. Esse dado é complementado pelo Gráfico 4, que possivelmente traz a informação mais inesperada: quase metade – 16 dos 34 – dos discursos são críticos à ditadura militar, um deles, inclusive vindo de um parlamentar da ARENA: o deputado Navarro Vieira, de Minas Gerais, que critica, ainda que de forma branda, medidas dos governos militares que considera prejudiciais para a economia de seu estado. Dos deputados de oposição, todos referenciam o governo de forma negativa. O que chega mais próximo de um discurso favorável ao regime é o deputado Florim Coutinho, da

<sup>4</sup> Todos esses discursos são de autoria de deputados homens. Ainda que não fosse proibida a participação de mulheres na política, segundo o portal da Câmara dos Deputados, em 1970, apenas uma mulher foi eleita deputada federal: Necy Novaes, da ARENA da Bahia. No entanto, ela não participa de debates sobre o regime ditatorial nas datas selecionadas.



Guanabara, que faz elogios ao governo emedebista em seu estado, que, segundo ele mesmo, teria tido sucesso justamente por sua capacidade de diálogo com o governo federal.

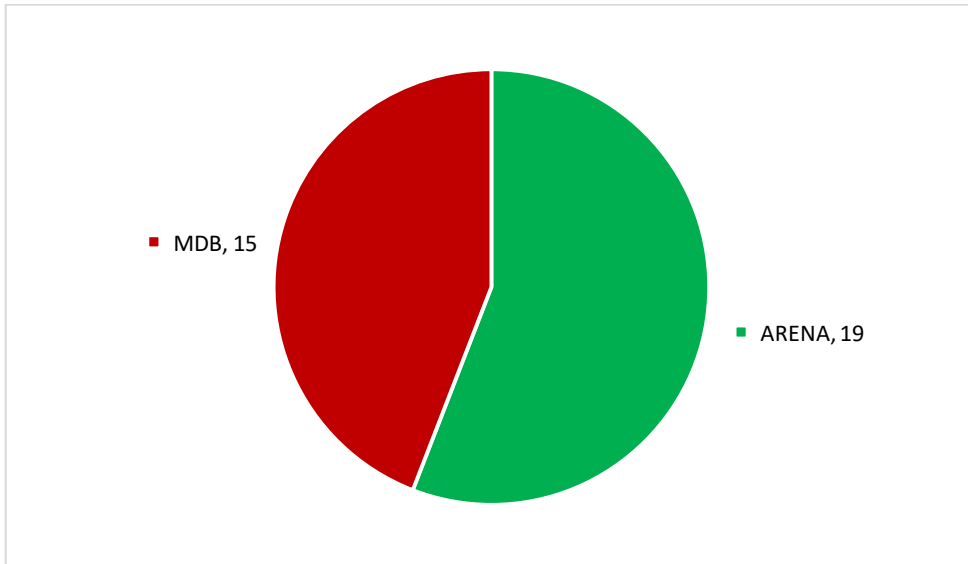


Gráfico 3 – Menções à ditadura na Câmara dos Deputados por partido. Elaboração própria.

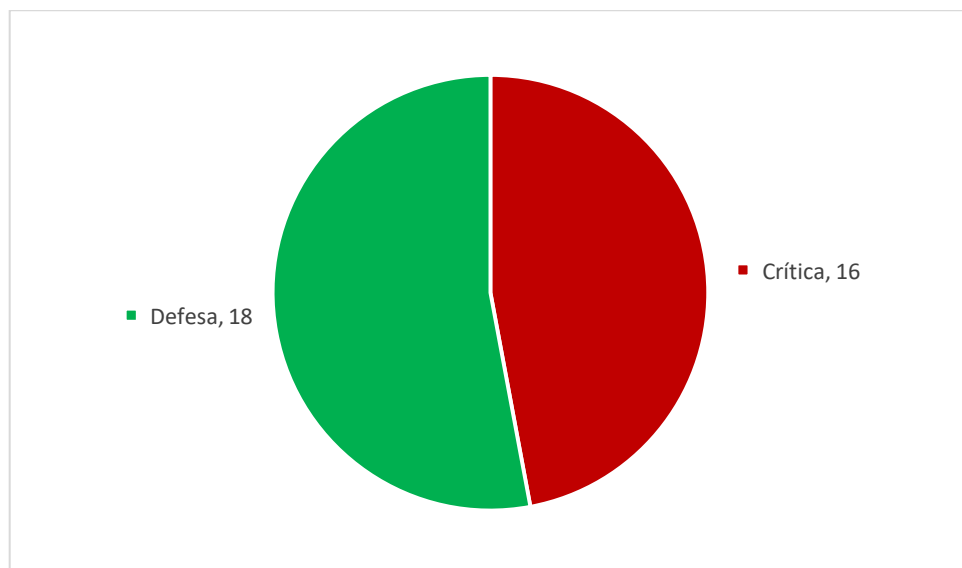


Gráfico 4 – Caráter das menções à ditadura na Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

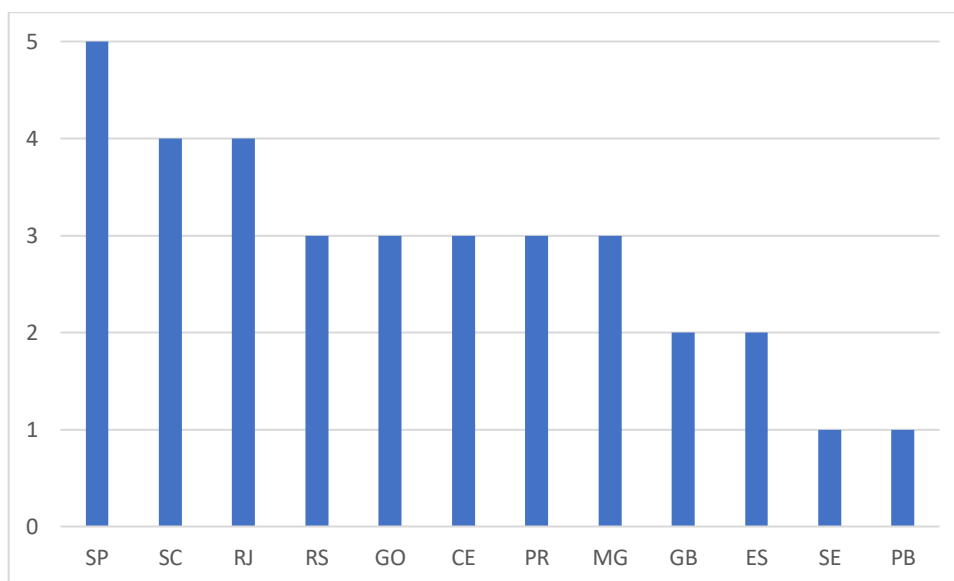


Gráfico 5 – Menções à ditadura na Câmara dos Deputados por estado. Elaboração própria.

Uma última classificação importante desses discursos é sua distribuição geográfica (Gráfico 5). Os 34 discursos foram feitos por deputados de 12 unidades da federação, de quatro regiões do país<sup>5</sup>. O estado com mais discursos mencionando a ditadura foi São Paulo, com quatro discursos em defesa do regime e apenas um criticando-o. Dado que é também o estado mais populoso e com maior representação na Câmara, isso não surpreende. Em seguida, dois estados aparecem com quatro discursos cada: Rio de Janeiro e Santa Catarina. Todos os parlamentares fluminenses que mencionam o tema o fazem de forma crítica, e dois dos catarinenses criticam e os outros dois fazem defesa do regime. A posição de Santa Catarina parece destoante em relação ao contingente populacional e mesmo em relação a outros estados que acabariam tendo políticos mais expressivos no debate sobre o regime ditatorial, tanto em sua defesa quanto na luta por democratização<sup>6</sup>.

A partir desses dados confirma-se uma das hipóteses levantadas: os opositores do regime ditatorial de fato encontravam estratégias para criticá-lo, mesmo nos momentos de maior repressão política. De certa forma, o descontentamento que seria expresso nas eleições

<sup>5</sup> Não houve nenhuma menção de estados da região Norte. Todos os estados das regiões Sul e Sudeste tiveram menções, inclusive o estado da Guanabara, extinto pouco tempo depois do período aqui analisado.

<sup>6</sup> Esse dado suscita questões interessantes sobre a posição dos parlamentares catarinenses durante o regime militar, já que atualmente o estado é tido como um dos mais conservadores do país, no qual Jair Bolsonaro, notório defensor dos governos militares, teve quase 70% dos votos nas eleições de 2022. Por se tratar de uma amostragem muito pequena – apenas quatro discursos – e de um recorte cronológico muito limitado, não me debruço sobre este tema neste trabalho, mas certamente é um tema instigante para pesquisas futuras.



alguns meses depois do aniversário de 10 anos da ditadura já era sentido no parlamento<sup>7</sup>. Parte dessa estratégia está refletida no Gráfico 1: mesmo aqueles que se opunham ao governo e rechaçavam o golpe, referiam-se a ele como “revolução” e evitavam o uso da palavra ditadura. O que em outros contextos poderia ser visto como uma forma de se isentar de críticas ao regime, no contexto de perseguição política violenta configurava uma artimanha para tentar garantir a permanência no cargo e a continuidade da oposição ao regime<sup>8</sup>.

Parte desse subterfúgio, inclusive, pode ser exemplificado no discurso de José Camargo, do MDB de São Paulo, que usa partes do discurso usado para legitimar o regime como forma de questionar suas ações. O deputado critica propostas de mudanças na lei eleitoral e faz uma espécie de desafio ao General-presidente Geisel.

Possíveis, mas improváveis vitórias da Oposição não seriam enfraquecimento do Governo Federal, nem do regime, pois estes estariam, realmente, fortalecidos pela autenticidade, pela verdade, pela força moral - a única capaz de se opor à prepotência, à arrogância. O Presidente da República e a Revolução teriam, aqui, o respeito público, o apoio da Nação. [...] Nestas condições, a Revolução poderia se submeter realmente a um teste eleitoral, ao contrário do que se dá hoje com o esmagamento da Oposição.

(Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 18, 02/04/1974.)

Camargo não é o único a fazer esse tipo de discurso. No entanto não me parece que os deputados de fato acreditassem que Geisel acataria suas sugestões e garantiria eleições livres e diretas, mas falar isso publicamente escancarava as incongruências de um regime que fingia ser democrático. Além disso, ao colocar a responsabilidade sobre a pessoa do ditador, inibia críticas e respostas por parte de parlamentares situacionistas, já que estes certamente não questionariam uma ação do próprio Geisel.

Outro elemento usado nas críticas à ditadura militar é a de questionar e confrontar as propagandas do regime, como é feito pelo deputado Jairo Brum, do MDB gaúcho, ao falar sobre uma obra de uma estrada de ferro em seu estado que fora iniciada em 1949, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra.

[...] O que posso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> é que a ferrovia Caí-Passo Fundo somente poderá passar por onde está traçada. Não existe outra forma: é por ali, ou então não fazê-la. O que existe é o receio de realizá-la. O que existe é a preocupação de não gastar dinheiro em obras planejadas por outros, porque a

<sup>7</sup> Curiosa e coincidentemente, a proporção de discursos criticando a ditadura nesse período (43%) é quase exatamente a mesma de deputados oposicionistas que seriam eleitos em 1974 (44%).

<sup>8</sup> Pode-se questionar, certamente, a efetividade da oposição “consentida” representada pelo MDB e o quanto a sua existência ajudava a ditadura a disfarçar-se de democracia, mas esse não é o foco da pesquisa aqui proposta.



Revolução descobriu o Brasil em 1964 e só se interessa pelas suas obras, para poder realizar volumes inenarráveis de propaganda, atroando a todo instante, por todos os meios de comunicação, suas faraônicas realizações.

(Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 20, 05/04/1974.)

Do lado de quem defende o autoritarismo, os discursos parecem se limitar a repetir os tópicos já propagandeados pelo regime. Exemplo explícito disso é justamente o fato de que o discurso de Geisel foi lido na íntegra por parlamentares diferentes em dois dias seguidos. Outras falas, como do deputado mineiro Paulino Cícero sobre a modernização da agricultura, ainda se respaldam no “milagre econômico” ainda que este estivesse em perceptível declínio desde a crise do petróleo no ano anterior. Ou então, são discursos como os do deputado cearense Jonas Carlos, que se baseia no anticomunismo para justificar a deposição de João Goulart, como se seu governo representasse a iminência de uma “ditadura vermelha”. Esse tipo de discursos permite estabelecer relação com o que escreveu Marcos Napolitano (2019) sobre a ideia de tabu a partir de Freud, que o define como “uma narrativa fabulosa” e parcial, que interdita práticas e promove “repetições rituais” que excluem aqueles que são percebidos como uma ameaça ao grupo.

No contexto aqui debatido, a visão conspirativa de história, alimentada pela extrema-direita, por exemplo, é um dos seus efeitos mais visíveis. No caso dos processos de violência e genocídios contemporâneos, o tabu se manifesta à medida em que regras morais básicas são violadas pelos perpetradores, sob a desculpa de preservar a sociedade do seu inimigo antagônico absoluto. Não se trata, portanto, de uma “simples” violência contra um grupo que nos ameaça (um exército inimigo, por exemplo), mas de uma violência extrema contra inimigos do Estado, reais ou inventados, e suas bases sociais (NAPOLITANO, 2019, p. 22).

### **A ditadura que olha para frente**

O discurso feito por Ernesto Geisel no dia 31 de março e repetido por parlamentares no plenário da Câmara rememorava o dia do golpe e as supostas mazelas e ameaças vividas pelos brasileiros antes da intervenção dos militares. Elogiava os feitos da “revolução” e o país que resultava deles. Mas em nenhum momento dá a entender que considera completa a sua “missão”.

O que vale, em verdade, é comparar a situação atual com a que existia em princípios de 60 e mensurar, adequadamente, a extraordinária distância percorrida. E, mais ainda, verificar quanto resta por fazer se e a construir,





para a maior grandeza da Pátria - poderosa, democrática e justa - e o crescente bem-estar de nosso povo. Prosseguiremos, pois, com o apoio de toda gente de nossa terra - que esperamos merecer, pela firmeza e honestidade de propósitos - na obra magnífica e histórica da criação do Brasil de amanhã.

(Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 18, 02/04/1974.)

No mesmo dia, o deputado Jonas Carlos, da ARENA do Ceará, lera uma carta dos ministros das Forças Armadas, que condizem com o discurso do General-presidente: ainda caberia às Forças Armadas a construção do futuro do Brasil.

A nós militares brasileiros, cumpre garantir, permanentemente, o clima de segurança indispensável a este processo de desenvolvimento.

Meus Camaradas,

A doutrina, existe o caminho é o traçado pela Revolução de março de 1964.

(Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 18, 02/04/1974.)

Ainda assim, poucos meses depois, a oposição teria a maior vitória eleitoral desde a instituição do bipartidarismo. No aniversário de 10 anos do golpe de 1964, ainda que não pareça que os militares contemplavam a ideia de uma abertura política, é inegável a existência de uma pressão por abertura, mesmo que ela só fosse se tornar algo organizado nos anos seguintes. Geisel conseguiria garantir a abertura “lenta, gradual e segura” que ainda não estaria completa quando o regime completasse 20 anos. Mas a impressão de que os discursos parlamentares feitos na ocasião do primeiro decênio da ditadura passam é de havia no Brasil um ambiente propício para uma abertura política que ocorreria à revelia dos militares, e o sucesso do MDB nas eleições de 1974 parece denotar que o regime poderia ser pego de surpresa por essa distensão. Havia insatisfação com os governos militares e os parlamentares da oposição parecem ter percebido isso, mas os situacionistas não parecem sequer cogitar mudanças no regime para adequar-se a essas insatisfações.

Em 1976, ainda sob o governo Geisel, a ditadura faria uma campanha com o mote “este é um país que vai pra frente”. Anos antes, também se usara “Pra Frente, Brasil”, música tema da Copa de 1970, como propaganda do regime. O tema do avanço econômico, da modernização, enfim, do futuro, era constante nas campanhas publicitárias da ditadura. E em 1974 os defensores da ditadura no parlamento olhavam para o futuro e não contemplavam a possibilidade de o regime findar. Ainda que poucos anos depois o debate sobre anistia e abertura política fosse generalizado, quando a ditadura completava uma década, além de



celebrar aquilo que consideravam ser seus grandes feitos, seus defensores olhavam para frente, para o futuro, para um plano em andamento e sem previsão de conclusão.

## Referências

### Fontes

Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 15, 26/03/1974.

Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 16, 27/03/1974.

Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 17, 29/03/1974.

Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 18, 02/04/1974.

Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 19, 03/04/1974.

Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXIX, nº 20, 06/04/1974.

### Bibliografia

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia história**, v. 28, p. 43-59, 2012.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOHIET, Raquel et al (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. RJ: Mauad, 2005.

HUNT, Lynn. A força maleável da humanidade. In: \_\_\_\_\_. **A invenção dos Direitos Humanos: uma História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política na historiografia. In: \_\_\_\_\_. **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses** (Londrina), v. 8, p. 9-44, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. **História: Questões & Debates**, v. 68, n. 1, p. 18-56, 2019.

RIKOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história filosófica do político/Por uma história conceitual do político. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. A História, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. O “10 de maio” de 1981 não acontecerá. In: \_\_\_\_\_. **Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês**. Belo Horizonte: Autêntica: 2014.

\_\_\_\_\_. A história política na hora do “transnationalturn”: a ágora, a Cidade, o mundo... e o tempo. In: \_\_\_\_\_. **Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês**. Belo Horizonte: Autêntica: 2014.